

O RCB: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

RESUMO

A presente reflexão, de caráter estritamente pessoal, tem por objetivo expor uma interpretação dos conceitos de emprego de blindados ocorrentes no arcabouço doutrinário do Exército Brasileiro em conformidade com as concepções prescritas nas Bases para a Modernização da Doutrina de Emprego da Força Terrestre (Doutrina Delta), IP 100-1, edição de 1997. Procurar-se-á sustentar que o Regimento de Cavalaria Blindado (RCB) detém a organização que atende em melhores condições à atual doutrina para operações com forças-tarefas, registrada basicamente em publicações pós-doutrina delta. Sendo, portanto, perfeitamente atual. De igual maneira, buscar-se-á mostrar que a "mistura de naturezas" é um apanágio das tropas blindadas em geral e da Cavalaria em particular. Neste contexto, argumenta-se que a Brigada de Cavalaria Mecanizada, para o eficiente cumprimento de sua destinação doutrinária, necessita de uma unidade blindada sobre lagarta. Por fim, ressalta-se que é viável o adestramento dos RCB, por meio da simulação, com os meios disponíveis hoje no Exército Brasileiro.

Palavras-Chave: RCB – Bda C Mec – Força Tarefa

1. INTRODUÇÃO

O fenômeno humano é essencialmente dinâmico. Como constituinte desta conjuntura social, a arte militar também se modifica constantemente. Neste contexto, a doutrina militar brasileira há que evoluir a fim de manter-se em condições de cumprir seu papel constitucional.

Neste contexto, em que pesem as particularidades da evolução de seu entorno geopolítico e suas realidades econômica e política, o Brasil sempre buscou a atualização de sua doutrina militar terrestre.

As transformações pelas quais a Força Terrestre (FTer) passou, na história recente, resumem esta realidade: a Missão Militar Francesa, o período "Goês Monteiro", o Acordo de Cooperação Militar Brasil - Estados Unidos e o projeto FT 90, dentre outras.

Neste período, com exceção das modificações observadas em função da II GM, o processo de evolução doutrinária vivenciado pelo Exército Brasileiro (EB) adveio da experimentação limitada às ações internas ou, em sua maior parte, dos estudos e adaptações dos avanços apresentados por forças armadas que se tornaram referencial por estarem inseridas em conjunturas que exigem constante emprego e evolução.



Neste cenário, permanece patente o esforço dos operadores da doutrina militar terrestre brasileira no sentido de mantê-la atualizada. Apóia esta afirmação a própria iniciativa do Comando Militar do Sul de promover o debate acerca do Regimento de Cavalaria Blindado no contexto da Brigada de Cavalaria Mecanizada.

Ainda neste enfoque, o Estado-Maior do Exército (EME) definiu, por meio da IP 100-1 (1997), as Bases para a Modernização da Doutrina de Emprego da Força Terrestre (Doutrina Delta). Esta arquitetura doutrinária surgiu da necessidade de evolução das concepções de emprego da FT e realça a postura ofensiva como aspecto básico da campanha terrestre. Numa primeira aproximação, logo se notam os elementos para a remodelação dos planejamentos dando ênfase na mobilidade, ação de choque e massa. Aspectos que demandam largo emprego de tropas blindadas e mecanizadas. Tudo isso conduzido num cenário de combate continuado.

No entanto, a capacidade de durar na ação remete às necessidades logísticas: cada vez mais delimitadoras das possibilidades táticas. Neste aspecto, se inclui também a disponibilidade de recursos, atinente a fase logística obtenção. Nesta conjuntura, do ponto de vista logístico, a diversidade de naturezas, blindada e mecanizada, pode ser encarada como um óbice.

Neste contexto, sendo o RCB elemento que confere à Bda C Mec diversidade de naturezas, apresentam-se os seguintes problemas: Esta diversidade

é realmente necessária ? Qual seria o material mais adequado ao RCB ?

1. A CAVALARIA

A literatura que baliza a doutrina para o emprego da Cavalaria no EB permeia várias publicações. Dentre as quais se destacam: O Emprego da Cavalaria (C 2-1, 1999), Brigada de Cavalaria Mecanizada (C 2-30, 2000), Forças-Tarefas Blindadas (C 17-20, 2002), Regimento de Cavalaria Mecanizado (C 2-20, 2002). Ressalta-se que estes manuais datam de edições posteriores ao ano de 1997. Deste modo, é lícito supor que as concepções de emprego neles constantes estão alinhadas com o ideário de modernização definido pela IP 100-1.

Há ainda outros ditames doutrinários mais antigos, carecendo de revisão, porém bastante consultados particularmente no tocante ao escalão unidade: Regimento de Cavalaria Blindado (C 2-40, 1986) e Regimento de Carros de Combate (C 2-45, 1983).

Do estudo do arcabouço doutrinário em vigor, se depreende que a Cavalaria é um componente tático dotado de mobilidade superior ao conjunto geral dos elementos terrestres presentes no campo de batalha. No entanto, tal mobilidade só será efetiva se dispuser de potência de fogo, que gere ação de choque. Outra característica da arma é a flexibilidade que deve permitir o cumprimento de variada gama de missões: ataque, defesa, reconhecimento, segurança e economia de meios.



Como se vê, em decorrência das missões a ela impostas, a cavalaria demanda diversidade de meios. Na verdade, os operadores da doutrina militar terrestre brasileira sempre procuraram dotar sua Cavalaria de ferramentas para acompanhar a evolução tecnológica dos materiais de emprego militar. Esta evolução conferiu grande importância a determinados conceitos a partir do século passado. Como se observa a seguir:

"A doutrina de emprego da Cavalaria Brasileira foi influenciada decisivamente neste final de século XX, por três novos conceitos doutrinários: o "COMBATE MODERNO", a "DOCTRINA DELTA" e a "GUERRA DE MOVIMENTO". Esses conceitos irão repercutir sobre as três grandes vertentes da doutrina de emprego da Arma: o "COMO COMBATER" (doutrina dos manuais de campanha), o "COM QUEM COMBATER" (quadro de efetivos dos quadros de organização das unidades e subunidades - QE/QO) e o "COM O QUE COMBATER" (quadro de distribuição de material dos quadros de organização das unidades e subunidades - QDM/QO)." (C 2-1, 2ª Ed. 1999, Pag 1-2)

Neste contexto, se compreendem as distintas naturezas da Cavalaria: mecanizada e blindada (as demais naturezas não serão aqui abordadas). A atual arquitetura doutrinária brasileira guarda concepções de emprego diversas para cada "tipo" de cavalaria. Fruto das possibilidades e limitações do material de dotação, a blindada se destina às ações com maior preponderância de choque (ataque, ação principal, decisão do combate, aproveitamento do êxito...). Já a mecanizada está melhor aparelhada

para as ações iniciais, aquelas nas quais pairam a incerteza e que demandam maior mobilidade e flexibilidade (reconhecimentos, segurança e economia de meios). Sob a ótica do SIPLEX, pode-se afirmar que a brigada blindada é o esteio da chamada "superioridade decisiva". Por outro lado, a cavalaria mecanizada compõe a "resposta imediata".

Do aqui exposto, surgem as seguintes questões: se para cada situação ou missão que se imponha no campo de batalha há uma natureza de cavalaria que encerra melhor aptidão, porque combinar naturezas distintas gerando demandas logísticas distintas? Há necessidade de se ter algum escalão tático com encargos logísticos que contemple demandas tão diversas?

3. A Bda C Mec e seu RCB

A Bda C Mec é apta a cumprir, precipuamente, missões de segurança. Realiza operações ofensivas e defensivas no contexto das operações de segurança ou como elemento de aplicação do princípio de guerra "economia de forças". (C 2-30, 2ª Ed. 2000, Pag 1-2)

Esta destinação doutrinária define a GU em tela como uma "força blindada leve" (C2-1, 2ª Ed.1999, Pag 8-2). Claro fica que o fator crítico de sucesso para a maior parte das missões que cabem a esta Bda é o "chegar antes". No entanto, a característica de flexibilidade, tão cara à cavalaria, pressupõe algo além da mobilidade, pressupões também a capacidade de bem cumprir diversas tarefas. Esta idéia fica bem ilustrada nesta passagem:



"A doutrina de emprego da Força Terrestre (F Ter) enfatiza como fatores decisivos para a vitória final: o espírito ofensivo, a importância da conquista e manutenção da iniciativa, a rapidez de concepção e de execução das operações, a iniciativa dos subordinados, a flexibilidade para alterar atitudes, missões e constituição das forças" [...] (grifo do autor) (C 2-30, 2ª Ed. 2002, Pag 1-2)

Sem dúvida, em vista das concepções realçadas pela Doutrina Delta (guerra de movimento) e pelo próprio SIPLEX, a tropa que se desloca a frente do grosso, aquela que chega antes, tem que ser dotada de meios para assumir diversas posturas. Inclusive, no contexto da resposta imediata, aproveitar as oportunidades que porventura surjam. Um reconhecimento que revele uma fraqueza no dispositivo inimigo, passível de se transformar em um aproveitamento do êxito, por exemplo. Observe também o que ensina a doutrina:

"Para que a manobra tenha as maiores probabilidades de êxito, deve ser priorizado o fator surpresa. Uma das maneiras de consegui-lo consiste em dissimular o dispositivo do grosso, inclusive pela colocação de uma força interposta entre este e o inimigo, de forma a permitir que, com um mínimo de interferência do inimigo, o mesmo possa se articular livremente". (C2-1, 2ª Ed.1999, Pag 2-24)

Ou seja, a força a qual se refere o trecho acima, embora leve, deve dispor de poder de combate suficiente para garantir o espaço de manobra para a tropa em proveito da qual trabalha. Mais ainda, deve dispor de meios que levem a crer que o ataque, ou defesa, principal será em local diverso daquele por nós planejado. Além disto, esta força deve ter condições

de, no decurso de uma ação retardadora (missão das mais típicas para uma resposta imediata), desaferrar seus próprios meios de maneira tal que evite o engajamento decisivo.

Desta forma, fica patente a interpretação do prescrito e consolidado na literatura:

"Na constituição das peças de manobra da Cavalaria, integram-se elementos de natureza diversa, organizados de forma a realçar o movimento e o emprego adequado dos meios de que dispõe, assegurando excelentes condições para o combate continuado contra qualquer tipo de força. Esses elementos devem possuir um grau de mobilidade superior ao das demais forças terrestres presentes no campo de batalha". (C2-1, 2ª Ed.1999, Pag 2-27)

Em vista do que foi apresentado coloca-se um questionamento: em tese, se uma tropa de natureza Mec está aferrada ao terreno, qual seria a natureza mais adequada à tropa encarregada de desaferrá-la ??? Sob a ótica de alguns exércitos mais aparelhados, que nos servem de referência inclusive, talvez a resposta seja que uma tropa Mec, convenientemente apoiada, poderia resolver este problema militar. No entanto, como não podemos "terceirizar" soluções doutrinárias, há que se verificar quais seriam os apoios orgânicos que agregariam tal poder de combate. Daí, surgem outras questões: Nossa Força Armada tem condições de assegurar a supremacia aérea de imediato ? Há a disponibilidade de VANT ?? Há cobertura satelital própria ??? Nossa F Ter dispõe de aviação de asa fixa orgânica ????



Se as respostas a estes questionamentos forem negativas, provavelmente poderemos concluir que não disporíamos de meios Mec capazes de garantir sua própria liberdade de ação sem uma boa dosagem de meios sobre lagarta.

Assim, no cenário proposto pelo combate moderno e segundo o Planejamento Estratégico do Exército (SIPLEX), o escalão destinado às ações primárias, à “resposta imediata” num quadro de combate convencional emerge como uma grande unidade (GU) “híbrida”. Ou seja, além da peculiar combinação de armas, deve ser organizada doutrinarmente com elementos de naturezas distintas no nível unidade.

Em que pese as implicações logísticas, assim como a “mistura de calibres” no apoio de fogo, a “mistura de naturezas” confere flexibilidade, capacidade de alterar o ritmo da batalha e dissimulação à “ponta da lança”. Por outro lado, não há GU blindada que não ostente mistura de naturezas, como é o caso dos Esqd C Mec nas Bda Bld. Deste modo, resta provado que há como dimensionar os elementos logísticos para o devido apoio.

Isto posto, coloca-se mais um questionamento: Partindo-se de uma GU Bld leve e móvel, como agregar poder de combate, condições de dissimulação e flexibilidade para cumprir diversas missões no quadro das incertezas primárias do campo de batalha?

Introduzido na doutrina militar terrestre brasileira no início da década de 1970, o RCB conta com uma organização ímpar no Exército Brasileiro. Com seus esquadrões CC e de Fuz Bld, esta U encerra as melhores condições para o

adestramento do binômio CC-Fuz.

Por sinal, um elemento de planejamento perfeitamente pacificado em toda a literatura pertinente e que encerra juízo de valor no tocante ao poder relativo de combate (PRC) é a constituição de Forças Tarefas:

“[...]A cavalaria blindada combate, normalmente, sob a forma de Força-Tarefa (FT). As Bda Bld (de Cavalaria ou de Infantaria) organizam suas peças de manobra para o combate em forças-tarefas: FT RCC e FT BIB. O RCB, orgânico da Bda C Mec, é organizado permanentemente sob a forma de FT. (grifo do autor)

(4) Força-Tarefa é “ um grupamento temporário de forças, de valor unidade ou subunidade, sob comando único, integrado por peças de manobra de natureza e/ou tipos diferentes, formado com o propósito de executar uma operação ou missão específica, que exija a utilização de uma forma peculiar de combate. Pode enquadrar também elementos de apoio ao combate e de apoio logístico. Em qualquer caso, é organizada em torno de um núcleo de tropas de infantaria ou cavalaria, acrescido dos apoios necessários” (C 100-5 - OPERACÇÕES, edição 1997, na página 2-12).

“O emprego tático das FT é feito no quadro de emprego de uma Bda C Bld, Bda Inf Bld ou Bda C Mec (RCB).

“[...] Em princípio, serão sempre organizadas FT SU a fim de dar maior flexibilidade à FT e possibilitar uma reação mais rápida frente a qualquer ameaça inimiga não identificada anteriormente” (grifo do autor) (C 17-20, 3ª Ed. 2002, Pag 1-15)



Note que a organização em FT também é adequada para situações nas quais não há completo esclarecimento. Cenário de trabalho das Bda C Mec. Talvez por isso mesmo, conforme reza a doutrina, o RCB é organizado, equipado, e instruído para operar como elemento de choque da Bda C Mec, ampliando-lhe a capacidade de combate e as possibilidades operacionais. (C 2-40, 1ª Ed. 1986, Pag 1-1).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo aqui exposto e embasado na literatura pertinente ao emprego de tropas blindadas, pode-se interpretar que o arcabouço doutrinário brasileiro permanece atual. Particularmente no que concerne ao emprego de Forças-Tarefas. Neste contexto, o RCB emerge como uma solução organizacional visionária legada pelos operadores da doutrina militar terrestre que, quase meio século atrás, já compreenderam o papel decisivo reservado ao binômio CC-Fuz nos campos de batalha futuros. A própria diretriz para a modernização doutrinária da Força Terrestre, sobre a qual estão edificadas todas as concepções que balizam o atual preparo e emprego de nossas forças blindadas, define estes preceitos como aplicáveis hodiernamente.

Ainda sob este enfoque, ressalta-se que uma brigada blindada sem mistura de naturezas certamente teria dificuldades em exercer na plenitude seus predicados de flexibilidade. Neste cenário, fica perfeitamente defensável que as Bda Bld contem apenas com uma tropa Mec valor SU haja visto que sua vocação para a decisão da batalha definem seu emprego em situações mais definidas, na linguagem do SIPLEX: para a consecução da "superioridade decisiva". E assim o será porque nossa organização doutrinária define um elemento vocacionado para atuar interposto. Para dar a "resposta

imediate". Necessariamente mais leve para "chegar primeiro". No entanto, flexível o suficiente para atuar na incerteza e assim poder exercer a ofensiva, o choque ou a dissimulação, impostas pela modernidade da campanha que almejamos. Deste modo, permanece válido que a Bda C Mec disponha de uma "dosagem maior" de mistura de naturezas.

Nesta interpretação, se há necessidade de diversidade de meios, se estes meios devem ser blindados e se seu emprego precipuamente será em força-tarefa. Salvo outro juízo, nossa cultura militar não conhece outra solução que melhor facilite o preparo e o emprego que não o modelo do RCB. Organização que melhor encarna a identificação com o binômio CC-Fuz. Vamos então responder algumas proposições já colocadas ao longo deste trabalho.

Como combater ? Em forças-tarefas, Com quem combater ? Com os mais adestrados, aqueles que durante todo o período de instrução, até nas formaturas rotineiras, desenvolvem seus "laços táticos". Com o que combater ? Com blindados. Com quais ??? ...

Quando a realidade se impõe em forma de restrição, a solução logística consolidada em diversas conjunturas permanece a mesma: padronização. Ou seja, há que se adotar o mesmo material utilizado pelas Bda Bld. Mesmo porque, tal medida permite sedimentação e capilarização do conhecimento. Talvez a falta do material nas quantidades necessárias se constitua em perfeita oportunidade para empregar um método de adestramento para o qual o Exército despertou recentemente: a simulação. A disponibilização de simuladores para os RCB (por sinal adquiridos com esta destinação) permitiriam o adestramento das guarnições em boas condições. As maneabilidades podem ser executadas com os A1 (desde que convenientemente mantidos).



Outra solução seria a destinação de um Esqd de A5 por RCB. Mesmo porque esta medida contribuiria para a difusão da “mentalidade de blindados” e formação de massa crítica (especialmente numa tropa já perfeitamente adaptada ao emprego da força-tarefa), objetivo maior da aquisição deste material.

Focando em massa crítica, chama-se aqui a atenção para o fato do RCB ser a principal destinação do material humano a ser especializado no Centro de Instrução de Blindados (CI Bld). Dimensionando esta questão e tomando como exemplo a turma de Cavalaria egressa da AMAN que se apresenta agora, verifica-se que os três RCB localizados no Rio Grande do Sul receberam 11 (onze) aspirantes enquanto que os quatro RCC receberam 9 (nove) aspirantes. Some-se a isto o fato de um destes RCB abrigar ainda uma OMCT (formadora de sargentos combatentes de carreira). Neste particular, 93,75% dos militares a serem especializados em um Pel CC são praças. Diante deste dado, onde seria mais adequado o emprego de um simulador de procedimentos de torre de A5??

Mesmo porque a doutrina deve delinear os meios a serem obtidos. A doutrina deve ser o “farol” a estimular a consecução dos meios. Somente assim a doutrina induzirá uma espiral de evolução. Por outro lado, se a dificuldade de aquisição dos meios passa a determinar a doutrina, estaríamos incorrendo em risco de estagnação. Se não vejamos: numa projeção de cenário na qual ao final de

vida útil do A5, não houver possibilidade de obtenção de outro blindado qual seria o caminho?? Discutir a viabilidade de uma tropa blindada? Ou adestrar com o que temos até que a conjuntura permita nova evolução?

Finalizando a presente reflexão, gostaríamos de deixar como impressão estritamente pessoal que o nosso problema não é a doutrina. Os principais óbices à consecução de uma Força Terrestre nos níveis de operacionalidade desejados residem em outras áreas de influência. Uma força armada mal adestrada e mal equipada jamais conseguirá aplicar convenientemente a doutrina que julga dominar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Estado-Maior do Exército. C2-1. O Emprego da Cavalaria. Brasília, DF, 1999.

_____. C2-20. Regimento de Cavalaria Mecanizado. Brasília, DF, 2002.

_____. C2-30. Brigada de Cavalaria Mecanizada. Brasília, DF, 2000.

_____. C2-40. Regimento de Cavalaria Blindado. Brasília, DF, 1986.

_____. C2-45. Regimento de Carros de Combate. Brasília, DF, 1983.

_____. C17-20. Forças-Tarefas Blindadas. Brasília, DF, 2002.
dadas. Brasília, DF, 2002.

